



**Ata da 1ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 03 de agosto de 2021.**

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e vinte e dois minutos, a Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Conforme o registro de chamada, não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Adriano Pereira Verediano fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, foram executados os Hinos Nacional Brasileiro e o do Município de Cachoeiro de Itapemirim, conforme previsão regimental. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Ofício Externo:** 135/2021 – PGM. **Projetos de Lei:** 66/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 63, 64 e 65/2021 – Poder Executivo. **Indicações:** 3814, 3815, 3816, 3817, 3818, 3819, 3820, 3821, 3822, 3823, 3824, 3825, 3826, 3939, 3940, 3941, 3942, 3943, 3944, 3945, 3946, 3951 e 4023/2021 – Adriano Pereira Verediano; 3965, 3966, 3994, 4026, 4034, 4035, 4036, 4037, 4038, 4039, 4041, 4043 e 4044/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 3862, 3863, 3865, 3867, 3868, 3870, 3947, 3948, 3952, 3987, 3988, 3989, 3990, 3991, 4070, 4071, 4072, 4073 e 4074/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 3856, 3857, 3858, 3859, 3860, 3961, 3962, 3968, 3972, 3973, 3996, 4013, 4014 e 4025/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 3840, 3842, 4053, 4054 e 4055/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 3904, 3905, 3906, 3907, 3971, 3999, 4020, 4021, 4022, 4049 e 4075/2021 – Brás Zagotto; 3861/2021 – Delandi Pereira Macedo; 3827, 3828, 3829, 3830, 3831, 3832, 3833, 3834, 3835, 3915, 3916, 3917, 3918, 3919, 3920, 3921, 3922, 3923, 3924, 3925, 3926, 3949, 3950, 4006, 4007, 4008, 4009 e 4010/2021 – Diogo Pereira Lube; 3841, 3980, 3981, 4000, 4001, 4002, 4003, 4004, 4005, 4016, 4017, 4018, 4019, 4024 e 4027/2021 – Evandro Miranda; 3864, 3866, 3869, 3871, 3872, 3873, 3874, 3875, 3876, 3877, 3878, 3969, 3970 e 4050/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 3807, 3808, 3809, 3810, 3811, 3812, 3813, 3910, 3911, 3912, 3913, 3914, 4056, 4057, 4058, 4059, 4060, 4061, 4062, 4063, 4064, 4065, 4066, 4067, 4068 e 4069/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 3889, 3890, 3891, 3892, 3893, 3894, 3895, 3896, 3897, 3898, 3899, 3900, 3908, 3909, 4028, 4029, 4030, 4031, 4032 e 4033/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 3850, 3851, 3852, 3853, 3854, 3855, 3936, 3937, 3938, 3974, 3979, 3986 e 4015/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 3843, 3844, 3845, 3846, 3847, 3848, 3849, 3901, 3902, 3903, 3954, 3955, 3992, 3993, 4040, 4042, 4045, 4046, 4047, 4048, 4076 e 4077/2021 – Osmar Francisco; 3879, 3880, 3982, 3983, 3984, 3985, 4051, 4052 e 4078/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 3927, 3928, 3929, 3930, 3931, 3932, 3933, 3934, 3935, 3953, 4079, 4080, 4081, 4082, 4083, 4084, 4085, 4086, 4087, 4088, 4089, 4090, 4091, 4092, 4093, 4094, 4095, 4096, 4097, 4098, 4099, 4100, 4102 e 4103/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 3884, 3885, 3886, 3887, 3888, 3956, 3957, 3958, 3959, 3960, 3975, 3976, 3977, 3995, 3997, 3998, 4011, 4012 e 4101/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 114 e 115/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 112 e 116/2021 – Diogo Pereira Lube; 113 e 117/2021 – Sebastião Ary Corrêa; 118/2021 – Sebastião Ary Corrêa e Brás Zagotto; *Votos de Congratulação:* 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220 e 221/2021 – Delandi Pereira Macedo; 222 e 224/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira;

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



200/2021 – Osmar Francisco; 223/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; *Votos de Pesar*: 103/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 98 e 105/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 99, 102 e 104/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra. **Veto**: 03/2021 – Poder Executivo. **Projetos de Decreto Legislativo**: 190/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 189/2021 – Brás Zagotto; 181, 182, 183, 184 e 187/2021 – Delandi Pereira Macedo; 180/2021 – Evandro Miranda; 188/2021 – Sandro Dellabella Ferreira. / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Alexandre Andreza Macedo**: — Faz a entrega do Título de Empresário Presente do Ano a Marcelo Mendes e sua esposa Rosana Espano Mendes, da Transportadora Generoso. / **Sebastião Ary Corrêa**: — Parabeniza os componentes da Comissão do IPTU pelo trabalho realizado, embora ache que isso tenha tirado da Câmara o poder de fiscalizar, já que realmente houve indícios de favorecimento à empresa. Registra que também fez um relatório e buscou informações com alguns profissionais técnicos de ponta de Cachoeiro, os quais, de graça, o ajudaram, porque sabiam que o Município tinha maquiado tudo; portanto, pode afirmar que há indícios de irregularidade envolvendo as Empresas DP – Tecnologia de Informática e SQL. Ressalta que a SQL pegou esse serviço em Cachoeiro por 8 milhões 599 mil reais; porém, dois dias depois, o contrato foi rescindido. Destaca que, passados oito dias, essa mesma empresa foi convidada a pegar o serviço por mais de 9 milhões de reais, sendo beneficiada com 403 mil reais. Lembra que abriram uma comissão na Câmara, cujo relatório, mostrando várias irregularidades, foi enviado ao Ministério Público. Então, repete que estão tirando dos vereadores o poder sagrado de fiscalizar, pois a Câmara é quem deveria apurar essas irregularidades. Diz que a comissão requereu alguns documentos da empresa, mas não recebeu nada, o que considera uma falta de respeito para com o Poder Legislativo. Informa que a comissão especial de inquérito tem o poder de intimar as pessoas a comparecerem à Câmara, e elas não poderão mentir. Inclusive menciona que, se fosse na CEI, aquele secretário teria saído preso da Câmara, porque mentiu para os vereadores. Diz esperar que, agora, alguns vereadores assinem o pedido de abertura da comissão especial de inquérito, porque ficou provado que realmente houve indícios de irregularidade. Enfatiza que a Câmara Municipal é o fiscal do poder público. Salienta que não se pode tirar dos vereadores a responsabilidade de fiscalizar o Executivo, jogando-a para o Ministério Público. Deixa claro que a Câmara é um Poder fiscalizador e que, sem isso, ela se torna vazia e inútil. Reconhece o brilhante trabalho da comissão presidida pelo Vereador Diogo Lube, mas acha que isso não vai dar em nada, já que o relatório foi enviado para o Ministério Público, onde vai ficar parado por muito tempo sem que resolvam o problema. Alerta que 12 milhões 251 mil reais estão indo embora de Cachoeiro; por isso, pede aos colegas vereadores que assinem a CEI para que possam apurar tudo. Pergunta por que fazer retaliações rasteiras e covardes ao vereador que propôs a CEI, se dizem que não há nada de errado nesse cadastramento. Frisa que a função do vereador é fiscalizar, e não fazer as coisas e mandar outro órgão investigar. Comunica que a comissão especial de inquérito não custaria 2 milhões e 400 mil reais, e sim um valor bem abaixo disso, conforme pôde constatar com vários profissionais de ponta de Cachoeiro. Inclusive recorda que os dezenove vereadores têm assessores que são bacharéis em direito e, portanto, não precisariam nem contratar advogado para fazer esse trabalho. Comenta que o colega Diogo Lube disse, em sua live, que realmente houve irregularidade; então, convida os vereadores a abrirem a CEI para fiscalizarem isso. / **Aparteando Diogo Pereira Lube**: — Diz que, ao contrário do entendimento do colega Ary, o papel fiscalizador dos vereadores foi feito, e eles chegaram a uma linha técnica, pois não conseguiriam averiguar algumas irregularidades. Informa que não fizeram apenas a análise do contrato, mas também do processo, do plano de trabalho de cadastramento e dos vários apontamentos de inconsistências percebidas. Então, frisa que chegaram a um fim técnico e entenderam que o Ministério Público e o Tribunal de Contas têm profissionais mais capacitados para fazerem essas aferições. Destaca que o

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



problema do IPTU envolve questões jurídicas, de engenharia, topográficas, tributárias e contábeis, as quais os vereadores não teriam capacidade de aferir. Pergunta qual seria a função final da CEI, se não entregar os mesmos documentos e apontar as mesmas inconsistências ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. Portanto, salienta que a comissão seguiu um caminho técnico dentro de um ponto de vista que achou coerente, mas não minou a possibilidade de abertura de CEI, inclusive deixa claro que os documentos vão ficar à disposição dos vereadores e de toda a sociedade. Registra que não precisam só de advogados para fazer essa auditoria, mas também de outros profissionais específicos, como topógrafos, engenheiros aeroespaciais, técnicos contábeis e tributários. Reconhece que o Vereador Ary é muito combatente, inclusive menciona que a diferença entre eles é apenas a linha que foi traçada para buscarem as respostas, e não o objetivo final, já que querem a apuração disso de forma técnica e coerente para que a população cachoeirense não seja ainda mais prejudicada. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Agradece ao vereador pelo aparte e diz ter certeza de que o colega teve consciência e exatidão para fazer um trabalho técnico e bacana; porém, ressalta que a Câmara pode solicitar funcionários da ANAC e do aeroporto, que eles vão comparecer de graça. Conta que se informou e soube que não houve sobrevoos de avião em Cachoeiro nas datas apresentadas. Menciona que esses 12 milhões 251 mil reais poderiam ter sido aplicados no comércio, que está quebrando, ou na saúde, e não serem usados para pagar por um serviço que a empresa não fez. Enfatiza que não está falando sobre o valor, e sim sobre o favorecimento da empresa em 403 mil reais. Pede novamente aos vereadores que assinem a CEI para que possam convocar os envolvidos nessa situação, os quais não poderão mentir. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Fala de como está sendo gratificante ver a adesão dos colegas vereadores, dos assessores e dos servidores da Câmara à campanha “Sinal Vermelho para a Violência Contra a Mulher”. Inclusive informa que não foi usado sequer 1 centavo de recurso público na confecção das camisas dessa campanha. Lembra que, em março, iniciaram a programação da Semana das Mulheres e gostariam de tê-la estendido por todo o mês, o que não foi possível devido à pandemia. Registra que ele e o Vereador Juninho propuseram a Lei 7878/2021, que trata da campanha “Sinal Vermelho”; então, decidiram, também em comemoração aos quinze anos da Lei Maria da Penha, encerrar em agosto a programação que havia sido iniciada em março, realizando palestras durante todo o mês. Assim, comunica que a Câmara vai receber hoje o Dr. Miguel, visto que a campanha “Sinal Vermelho” é da Associação dos Magistrados do Brasil, cuja lei também foi aprovada em Cachoeiro. Entretanto, ressalta que, como a pauta do Dr. Miguel termina às 16:00 horas, marcaram a palestra na Câmara para às 17:00 horas; assim, pede vênias aos colegas para que seja oportunizada a fala a esse magistrado. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que cederá o seu tempo para o Dr. Miguel usar da palavra. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Salienta que é muito crítico quanto à utilização da tribuna popular; porém, destaca que essa programação foi aprovada pela presidência da Casa. Frisa que jamais traria à Câmara um palestrante, se não houvesse a aquiescência da Mesa Diretora. Então, agradece aos colegas e à presidência da Casa pela oportunidade que lhe deram de trabalhar na Ouvidoria da Mulher. Agradece também aos assessores e a toda a Casa pela adesão a essa campanha, inclusive conta que já foram adquiridas cento e três camisas. Menciona que esse é um projeto da Câmara e que tal adesão mostra a intenção de todos de fazerem um trabalho cada vez melhor. / **Diogo Pereira Lube:** — Parabeniza os Vereadores Maitan e Juninho Corrêa e também os assessores envolvidos nessa campanha, dando o primeiro passo no combate à violência contra as mulheres. Convida a se dirigirem à frente da tribuna o ex-vereador Wallace Marvila, o Rafael Magalhães, a Letícia, a Stephanie e a Sara, que formam a equipe da Escola do Legislativo. Também convida a Lenilce Pontini e destaca que ela foi muito importante no primeiro curso que essa escola teve a oportunidade de ministrar para os assessores. Inclusive comenta que esse curso acabou sendo



prorrogado devido às adesões. Então, agradece à Lenilce, que é assessora do Vereador Paulinho Careca, a quem agradece também. Avisa que, além da continuação do curso de redação oficial, já existe o cronograma de outros, como o de oratória para os vereadores, com o Ramon Barros, sem contar que, em setembro, haverá um de primeiros socorros, com o Dr. Daniel Sobreira, e, em outubro, o de marketing pessoal, com o jornalista Leverson Freitas. Agradece a todos os que prepararam esse curso e também aos que participaram dele para se capacitar. Agradece ainda ao Presidente Brás Zagotto pelo apoio e por ter mantido o projeto da Escola do Legislativo. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece a toda a equipe da Escola do Legislativo e também à Lenilce Pontini. Lembra que a Escola do Legislativo foi criada na gestão do ex-presidente Alexon Cipriano e foi reforçada para funcionar bem. Informa que esse trabalho também foi feito sem nenhum custo para a Câmara. Coloca-se sempre à disposição para apoiar esses trabalhos. / **Diogo Pereira Lube:** — Agradece ao Presidente Brás e passa a palavra à cerimonialista Paula Garruth. / **Mestre de Cerimônia:** — Convida para receberem os Certificados do Curso de “Redação Oficial – Elaboração dos Documentos Oficiais e o Novo Acordo Ortográfico”, ministrado por Lenilce Pontini, os seguintes alunos: da Primeira Turma: Clarice de Carvalho Monteiro, Rogério Gomes Pereira Melo, Felipe Fernandes dos Santos, Silvânia Fernandes, Maria Eduarda Mendes Cunha, Mauro César de Oliveira, Lucimara Barbieri Dam, Eneyda Mara Grillo, Ana Alice Soares, Lais Secchim Volpato, Adriana Dias, Andreia Machado Rodrigues Barbosa, Ryan Lucas Almeida Ferrari e Clayton Estefanato de França; da Segunda Turma: Ivana Márcia Ramos, Marta Miranda Juvêncio, Polyana Barbosa, Maria da Penha Inocente Campana, Kevin Rego Teixeira, Elaine Freitas Ribeiro, Marcelle Moraes Moura, Romário Lopes Carvalho e Valdinei Guimarães. Informa que quem não estiver presente no plenário poderá retirar o certificado na Escola do Legislativo. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Parabeniza o Vereador Maitan pelo projeto “Sinal Vermelho” e diz que, embora não haja uma vereadora nesta legislatura, todos os edis sabem da importância da mulher e o lugar delas na sociedade. Também parabeniza a Escola do Legislativo pelo curso dado aos servidores, com vistas a ampliar o conhecimento deles para que sirvam melhor à população. Segue parabenizando a Secretária Luana e a Subsecretária Karina pelos trabalhos executados na Secretaria de Meio Ambiente, mas acha que é preciso avançar um pouco mais. Inclusive propõe ao Prefeito Victor Coelho que reveja o contrato com a empresa que faz o serviço de poda no Município, pois ela não tem condições de dar conta da grande demanda de árvores que estão em situação de risco em Cachoeiro. Destaca ainda que, por conta disso, a iluminação está sendo comprometida em muitos bairros, o que oferece perigo à população. Analisa que Cachoeiro necessita urgentemente de um plano municipal de arborização, pois muitas árvores foram plantadas de forma desordenada na cidade, com espécies impróprias para a zona urbana. Conta que há pedidos de podas até da legislatura anterior que ainda não foram atendidos. Registra que ele e alguns vereadores visitaram, juntamente com o Secretário Desil, certos pontos importantes de retomadas de obras, como nos Bairros Gilson Carone e Aeroporto, inclusive de pavimentação de muitas ruas. Afirma que vai acompanhar de perto essas obras até que elas sejam finalizadas e entregues à população. Menciona que o Secretário Desil mostrou aos vereadores as ruas que serão pavimentadas e falou sobre as melhorias a serem feitas, visto que a empreiteira já está trabalhando. / **Osmar Francisco:** — Agradece ao prefeito e aos secretários pelos atendimentos, o que espera que continue acontecendo para beneficiar o povo. Diz que é um absurdo as pessoas que vão visitar pacientes na Santa Casa e no Hospital Infantil terem que pagar estacionamento. / **Aparteando Leonardo Cleiton Camargo:** — Conta que um amigo foi à Santa Casa doar sangue e, como passou um pouco do tempo de quinze minutos cedidos pela Prefeitura, acabou sendo notificado. Lembra que o doador de sangue tinha privilégio em filas de banco e em algumas outras coisas e hoje ele é multado próximo à Santa Casa quando vai fazer a doação. /



**Osmar Francisco:** — Ressalta que é preciso pedir aos diretores dos hospitais que tenham o controle disso para que os doadores de sangue e as pessoas que vão se consultar ou visitar algum doente, ao fazerem essa comprovação, não tenham que pagar o estacionamento, diferente de quando elas estão passeando nas ruas. Avisa que fará um requerimento ao secretário pedindo-lhe que reveja isso, inclusive solicita o apoio dos colegas vereadores. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Registra que levou o Secretário Paulo Miranda à comunidade da Gruta para lhe mostrar algumas demandas relacionadas às estradas, quando o mesmo prometeu que faria o serviço para amenizar o sofrimento daqueles moradores; porém, infelizmente, isso não foi feito. Informa que a comunidade da Tijuca está enfrentando o mesmo problema. Então, avisa que vai pedir ao prefeito que veja pessoalmente aquela situação, pois é preciso levar melhorias para a comunidade. Reconhece que as Secretarias de Interior e de Agricultura têm muitos maquinários precários. Diz esperar que a sua fala chegue ao Secretário Paulo Miranda e que ele informe se fará ou não o serviço naquela comunidade, pois, se não for fazer, os agricultores poderão contratar uma máquina, inclusive se dispõe a ajudar, caso necessário, visto que os moradores de lá pagam impostos, mas não têm sequer uma rua para passar. Por fim, pede ao Secretário Paulo Miranda que cumpra a promessa feita há mais ou menos sessenta dias. / Prosseguindo, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Lembra que, nos últimos meses, os vereadores tiveram muito trabalho por conta do IPTU e, agora, estão se deparando com mais uma atitude do “querido e excelentíssimo” prefeito municipal. Menciona que os vereadores foram surpreendidos com o aumento absurdo do IPTU, cujo assunto já foi muito debatido na Câmara, inclusive com o secretário. Então, salienta que os vereadores se uniram para tentar resolver o problema, que foi pensado pelo prefeito. Registra que o Município contratou uma empresa em 2019 para fazer um serviço milionário, no qual há diversos indícios de irregularidade. Comenta que o prefeito, em março, apresentou um projeto à Câmara prorrogando a data de pagamento do IPTU; portanto, ele sabia que tal imposto seria muito alto, mas não avisou à população. Destaca que a primeira luta dos vereadores foi tentar revogar essa cobrança, mas o Tribunal de Contas disse que isso não poderia ser feito. Frisa que o chefe do Poder Executivo alegou que não podia voltar atrás, uma vez que a determinação do Ministério Público era como se fosse uma ordem judicial; entretanto, quando viu a movimentação do povo e da Câmara, disse que deveriam procurar o Tribunal de Contas. Então, menciona que o presidente da Câmara, uma comissão de vereadores e o prefeito foram conversar com os técnicos do TC, os quais, magicamente, voltaram atrás. Deixa claro que o prefeito garantiu que sancionaria o que os vereadores definissem. Ressalta que o prefeito mandou para a Câmara um projeto dando desconto de 40% e de 80% em cima dos valores do IPTU, mas os vereadores não acharam tais percentuais razoáveis devido ao aumento absurdo desse imposto. Diz que os edis apresentaram uma emenda, aumentando o desconto para 90% para o pagamento à vista e 85% para o parcelado e ainda garantiram o desconto para todos os outros anos, até a feitura da nova Planta Genérica de Valores; porém, o prefeito esperou chegar às vésperas do recesso parlamentar para vetar isso. Pergunta qual é a palavra desse cidadão que se diz prefeito de Cachoeiro, que garantiu que iria honrar o que a Câmara fizesse, mas, depois, voltou atrás. Enfatiza que mais uma vez o prefeito comete fraude e engana o povo cachoeirense. Assim, frisa que a Câmara, por uma questão de honra, deve derrubar o veto do prefeito, pois, se ele não foi homem para sustentar sua palavra, os vereadores serão homens para sustentarem essa luta. Inclusive recorda que, no dia primeiro de janeiro de cada legislatura, os eleitos fazem um juramento, dizendo que irão defender a Constituição e a Lei Orgânica do Município. Salienta que a volta do recesso está sendo traumática para os vereadores, porque todos achavam que tinham vencido essa luta, mas ela se estende por mais esta semana. Então, diz que este é o momento de os vereadores

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



derrubarem o veto, mostrando que têm palavra e que estão do lado do povo. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Fala sobre a importância de as pessoas descobrirem um ponto de equilíbrio para entenderem, por exemplo, que não são donas da verdade e que nem sempre têm a razão suprema. Avalia que falta na área pública justamente esse ponto de equilíbrio, pois o extremo e a incapacidade de perceber que o outro pode ter um pensamento sensato, mesmo que não faça parte da base partidária, atrapalham o sistema político. Afirma que, apesar de não ser da base aliada do Governo Municipal, procura buscar um ponto de equilíbrio para entender que o prefeito tem quatro anos para administrar a cidade. Lembra que os vereadores tiveram um grande desgaste quanto à matéria do IPTU. Inclusive reconhece que muito disso foi culpa dos próprios vereadores, já que os extremos atrapalham e impedem que as pessoas vejam o que é possível fazer e até onde a lei permite ir. Salienta que o ponto de equilíbrio faz a divisão entre a politicagem e aquilo que é técnico, entre o que vai agradar a um grupo, mas legalmente vai passar por cima de uma lei ou da Constituição e prejudicar o sistema democrático. Deixa claro que a Câmara é uma Casa de Leis e, portanto, precisa respeitar as legislações. Informa que votou no Presidente Jair Bolsonaro e votaria nele novamente, pois preza pela honestidade e acha que ladrão não deve ter vez na política. Analisa que o sujeito que foi condenado por roubo na área pública deveria ser extinto da política, que deve ser feita por pessoas honestas que entendem que o dinheiro público precisa ser revertido para o bem-estar da população. Ressalta que, até prova em contrário, o Governo Federal não é ladrão e diminuiu drasticamente os índices de roubo no País; entretanto, destaca que os extremos atrapalham o processo só porque o sujeito não é da base aliada de Fulano ou de Sicrano. Frisa que é justamente essa oposição burra e desastrosa vista de quatro em quatro anos, quando um grupo é eleito, que atrapalha o sistema democrático. Comenta que muita gente fica criando fake news, colocando a imagem das pessoas à prova por conta de interesses individualistas, inclusive isso parte até de jornalistas, que deveriam honrar a profissão e divulgar o que é idôneo, mas preferem inventar histórias, pois sabem que matérias polêmicas vendem mais. Diz que, em vez de atirar pedras, é preciso baixar a guarda, dialogar e buscar o melhor caminho para solucionar os problemas do Município. Clama aos vereadores e ao Poder Executivo que busquem esse ponto de equilíbrio para dialogarem e tirem o pé do acelerador e, assim, trabalhem com soluções para entregarem resultados à população. Parabeniza os vereadores que lutaram por essa causa e os componentes da comissão, que trabalharam incansavelmente para apresentar esse resultado. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Lembra que a sua primeira fala como vereador foi para elogiar a secretária de Esporte, dizendo que ela era a melhor dentre os secretários de Cachoeiro. Diz que as comunidades de Soturno e Gironda estavam abandonadas pelo poder público municipal e que a única coisa feita lá foi na área de esporte, já que o ginásio, que era um ponto de drogas, passou a ter atividades físicas e academia popular, o que, infelizmente, acabou na pandemia. Entretanto, ressalta que essa secretária virou candidata e, agora, não atende mais aos seus telefonemas, sendo que aquele ginásio está parado até hoje, enquanto os outros do Município já estão funcionando. Reclama por não ter uma posição dessa secretária, sem contar que tudo o que procura na Secretaria de Esporte recebe como resposta que “não tem” ou “não pode”. Registra que tentou por três meses marcar uma agenda com a secretária para ver se havia a possibilidade de a Secretaria de Esporte dar algum suporte ao projeto de futebol do seu distrito. Então, dirige-se à Secretária Lílian, dizendo que é a comunidade de Soturno precisa dela. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Afirma que ele e os vereadores recebem vários pedidos de pessoas que estão internadas ou precisam de internação na Santa Casa, mas também é necessário entender a situação daquele hospital, que vem há mais de cem anos cuidando dos doentes. Inclusive comenta que só no ano passado a Santa Casa realizou mais de quarenta mil atendimentos, sendo a maioria pelo SUS. Registra que há mais de vinte anos não há reajuste na tabela do SUS, enquanto que o atendimento nos hospitais precisa continuar.



Lembra que as cirurgias são reguladas pelo Estado e que a Santa Casa acompanha os pacotes disponibilizados por ele; assim, se o hospital fizer uma cirurgia a mais do que estava previsto para determinado mês, não receberá por ela. Informa que a Santa Casa deve mais de 90 milhões reais e precisa pegar empréstimos bancários para conseguir pagar seus funcionários e os fornecedores, o que está virando uma bolha prestes a explodir. Então, ressalta que os vereadores, em vez de fazerem críticas, deveriam se unir para cobrar do Governo Estadual ajuda para a Santa Casa, que atende a população de mais de vinte e sete Municípios do Sul do Espírito Santo. Conta que a maioria dos secretários de Saúde dessas cidades compra ambulâncias equipadas com UTI para enviar os pacientes para a Santa Casa de Cachoeiro, cujo hospital absorve toda a demanda, mesmo sem ter recurso. Portanto, menciona que todos precisam se unir para buscar uma solução, antes que esse hospital feche as portas e Cachoeiro vire um caos. Frisa que é preciso marcar reuniões com os vereadores e secretários de Saúde dos Municípios vizinhos atendidos pela Santa Casa, com vistas a buscar meios de ajudar esse hospital, seja através de consórcio ou de outra forma. Comunica que o contrato de aporte financeiro é de 2015 e que não houve nenhum reajuste, só aditivos, mesmo com o aumento do preço de quase tudo devido à inflação. Coloca-se à disposição dos vereadores e da Comissão de Saúde da Câmara para que todos juntos possam buscar uma forma de ajudar a Santa Casa. / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que, na semana passada, a Comissão Especial de Análise Técnica do IPTU finalizou o relatório, o qual será disponibilizado no site da Câmara para toda a sociedade. Comenta que foi dito nas redes sociais que essa comissão não servia para muita coisa. Entretanto, diz que está tranquilo, porque, desde que entrou na Câmara, tem buscado fazer um trabalho técnico e fiscalizador do Executivo. Relata que a comissão da Câmara se deparou com uma série de inconsistências e grandes indícios de irregularidade quanto ao processo de cadastramento. Acrescenta também que foram encontradas supostas irregularidades no que tange aos contratos que envolviam a quantidade de dinheiro empregado na realização de determinados serviços. Cita ainda terem sido verificadas inconsistências quanto ao acato das determinações ou sugestões do Tribunal de Contas, principalmente no processo referente à comunicação. Salienta que, dentro do papel fiscalizador, o Legislativo não tem poder punitivo. Menciona que os vereadores e os técnicos da comissão não sabiam responder a respeito de algumas situações, principalmente no que tange ao trabalho de cadastramento, como, por exemplo, questões sobre engenharia aeroespacial e topográfica, além de planos e custos de trabalhos. Assim, ressalta que a comissão preferiu protocolar o relatório no Ministério Público e no Tribunal de Contas, porque esses órgãos podem indicar procedimentos, como termos de ajuste de conduta, auditorias, perícias técnicas, e darem pareceres, os quais podem sugerir que a Câmara abra uma CEI. Deixa claro que, como presidente dessa comissão, não se eximiu de fazer aferições técnicas, mesmo sendo contra a Secretaria de Fazenda, pois seguiu a linha da constitucionalidade e da legalidade, como sempre fez na Câmara. Inclusive destaca que, no final desse relatório, a comissão pede urgência para que o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que podem punir e aferir todas essas questões, se posicionem em relação ao imbróglio que é o cadastramento imobiliário de Cachoeiro. Registra que a Câmara Municipal não criou esse problema do IPTU, e sim o Executivo. Lembra que os vereadores fizeram várias emendas ao projeto do IPTU apresentado pelo Poder Executivo, com o objetivo de contribuir com a população, sendo que muitas delas foram vetadas. Informa que a comissão continuará com estudos a fim de resolver o problema do IPTU para que, no futuro, o contribuinte não sofra mais. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Avisa que assinou o pedido para a criação da CEI. Fala sobre o trabalho íntegro feito por todos os membros da comissão presidida pelo Vereador Diogo, sendo confeccionado o relatório. Diz que todos devem aplaudir a comissão, porque foram apuradas informações robustas sobre o trabalho de cadastramento imobiliário. / **Aparteando Leonardo Cleiton Camargo:** —

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Comenta que também assinou o pedido de criação da CEI. Parabeniza a todos os membros da comissão que fizeram um trabalho sério e importante. / **Diogo Pereira Lube:** — Agradece aos vereadores e diz que, no processo democrático, nem todos concordam. / **Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza a Igreja Assembleia de Deus, da Rua Samuel Levy, pelo reinício do projeto da escola de música para pessoas carentes. Também parabeniza a comissão presidida pelo Vereador Diogo pelo trabalho realizado. Analisa que a comissão cumpriu o papel que lhe cabia, pois fez todos os levantamentos, confeccionou o relatório e o enviou ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, órgãos competentes para acatar e fazer o encaminhamento judicial. Ressalta que o posicionamento democrático dos vereadores deve ser balizado dentro da ética e do compromisso com a sociedade. Saliencia que os vereadores precisam respeitar o posicionamento dos outros colegas e a categoria de trabalho de cada um. Cita que a Câmara está tentando resolver o problema do IPTU, o qual não foi criado por ela. Lembra que, em uma conversa com os vereadores, o prefeito disse que enviaria para a Câmara um projeto propondo um desconto de 80% sobre a diferença no valor do IPTU para o contribuinte que pagar à vista e 40% para quem parcelar. Conta ainda que os vereadores sugeriram que esse desconto fosse de 90% e que o prefeito assumiu compromisso de acatar as emendas propostas pela Câmara ao projeto do IPTU. Relata que os vereadores, além da situação do IPTU, também tinham o objetivo de retirar a cobrança da taxa de lixo das garagens e terrenos baldios; por isso, foi feito um levantamento junto à procuradoria do Município para que pudessem analisar a legalidade dessa ação. Menciona que a procuradoria chegou à conclusão de que há na lei métodos para que a garagem seja incorporada à residência, não sendo necessário esse pagamento. Destaca que os vereadores também fizeram emenda ao projeto no sentido de eliminar a taxa de lixo de alguns imóveis, o que é inconstitucional, pois, assim, a Câmara estaria fazendo renúncia de receita, o que não cabe ao Poder Legislativo, e sim ao Executivo. Reflete que, se os vereadores derrubarem o veto do Executivo às três emendas, todo o projeto poderá ser questionado, através de uma ação de inconstitucionalidade, e o contribuinte terá que pagar o IPTU integral, sem o desconto. Comenta que os vereadores devem apreciar esse veto de forma correta para que a sociedade não tenha maiores problemas. Alerta que, no próximo ano, esse assunto terá que ser discutido novamente, já que essa lei é apenas para 2021. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Fala sobre radicalismo e sobre uma pessoa que fez menção ao direcionamento sexual do Senador Fabiano Contarato e afirma que todos devem ser respeitados. Reclama a respeito da iluminação pública de Cachoeiro, pois há muitas lâmpadas queimadas em diversas ruas da cidade. Ressalta que o Secretário Vander Maciel lhe disse que o contrato com a empresa que faz a troca de lâmpadas no Município venceu, mas que já estavam sendo tomadas providências para resolver essa questão. Informa que, para solicitar a troca de lâmpadas, é preciso ligar para o 156, cujo serviço é ineficiente. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Saliencia que o serviço de troca de lâmpadas prestado pelo Lúcio Montenegro sempre foi de excelência e que, quando o contrato com ele acabou, a Prefeitura abriu uma nova licitação. Conta que a empresa que ficou em terceiro lugar nessa licitação entrou com um recurso, e o processo foi suspenso. Então, diz acreditar que as lâmpadas queimadas não serão trocadas enquanto essa situação não for resolvida. Menciona que a Prefeitura deve tomar uma providência rápida para que o serviço de troca das lâmpadas seja retomado e, assim, a população tenha uma maior segurança, já que não há viaturas da polícia circulando na cidade. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Parabeniza o Vereador Léo pelo assunto abordado. Concorda com o Presidente Brás que a iluminação pública é uma questão de segurança também, já que os bandidos aproveitam os locais escuros para se esconderem e atacar as pessoas. Comenta que as lâmpadas da ponte de ferro estão apagadas e as pessoas de carro e a pé têm medo de passar naquele local. Frisa que o Município precisa dar celeridade, com recursos próprios, ao processo de troca de lâmpadas. / **Aparteando Adriano Pereira Verediano:** — Diz





que tomou conhecimento de que o problema de iluminação na ponte de ferro é simples de ser resolvido, basta trocar o reator, que é um equipamento barato. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Confirma que a iluminação pública é importante, pois dá mais segurança à população. Ressalta que, como sempre, vai lutar para que haja transparência nos processos públicos. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que vai ceder o seu tempo para o Dr. Miguel, que receberá uma homenagem da Câmara Municipal pelo protagonismo e participação em debates e ações de políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Acrescenta que o Dr. Miguel terá o tempo necessário para fazer as suas considerações. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Registra que o Dr. Miguel é juiz da 3ª Vara Criminal e tem sob sua responsabilidade muitos processos de violência doméstica. Em nome da Ouvidoria da Mulher da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, agradece ao juiz por sua presença. Esclarece que, em março, mês da mulher, seriam feitas palestras sobre vários temas, mas, devido à pandemia, isso não ocorreu e, agora, em agosto, a Câmara está retomando essa atividade, a qual também visa comemorar os quinze anos da Lei Maria da Penha. Ressalta que, juntamente com o Vereador Juninho, propôs o projeto “Sinal Vermelho”, o qual teve a adesão de todos os servidores e vereadores, que adquiriram cento e três camisas da campanha. Informa que o “Sinal Vermelho” é uma iniciativa da Associação dos Magistrados do Brasil e do CNJ e que a Câmara, através do Presidente Brás, firmou um termo de adesão a essa campanha. Então, diz que, a partir de agora, a Câmara de Cachoeiro de Itapemirim poderá receber denúncias de violência e dar orientações dos procedimentos a serem tomados, através da servidora Aline, que foi nomeada junto à ANB. Comenta que a Câmara é constituída em sua totalidade por homens, os quais abraçaram a campanha “Sinal Vermelho”. / **Miguel Maira Ruggieri Balazs:** — Cumprimenta a todos e diz que está na Câmara para divulgar a campanha “Sinal Vermelho”, que é uma iniciativa do CNJ em conjunto com a Associação dos Magistrados do Brasil. Fala sobre a adesão da Câmara à campanha, sendo celebrado um termo de compromisso para se tornar um ponto de recebimento de denúncias de violação dos direitos das mulheres, grande problema em todo o Brasil. Informa que é juiz e está em Cachoeiro há sete anos, atuando na direção da Vara Criminal com competência nos processos de violência doméstica. Diz que se sente confortável para falar sobre esse tema, já que 60%, 70% das ações da Vara Criminal se referem à violência doméstica. Salienta que a pandemia trouxe muitos problemas sanitários e também o aumento dos casos de violência doméstica, pois, com o isolamento das pessoas em seus lares, ocorreram mais conflitos e agressões físicas e morais do homem contra a mulher. Ressalta que os lares não estão seguros para as mulheres e que o número de denúncias de violência contra elas aumentou muito na pandemia. Cita que as pesquisas do CNJ dão conta de que, nos meses de março e abril de 2020, o número de crimes contra a mulher aumentou 20% em comparação ao mesmo período de 2019 em todo o Brasil. Informa que, em Cachoeiro, nas 3ª e 4ª Varas Criminais, foi observado o aumento de 40% de processos de casos de violência doméstica no período de pandemia, principalmente no que diz respeito a medidas protetivas para a mulher. Destaca que a campanha “Sinal Vermelho” foi uma iniciativa de um grupo prático de trabalho criado pelo CNJ, através da Portaria 70/2020, após a confirmação do aumento do número de casos de violência contra a mulher, cujo objetivo foi elaborar estudos emergenciais voltados para ajudar as vítimas de violência doméstica, durante a fase de isolamento social. Explica que a ideia central da campanha é que a mulher consiga pedir ajuda em diversos pontos, como farmácias, órgãos públicos e agências bancárias, em caso de violência doméstica. Comenta que a maior parte dos casos ainda é velada, pois a mulher não tem a força necessária para repelir as agressões. Então, afirma que é necessário que toda a sociedade se mobilize, através de campanhas, para educar homens e mulheres e também para permitir a criação de mecanismos para que a mulher possa se defender. Fala sobre a importância da adesão da Câmara Municipal à campanha nacional, que será mais um ponto de socorro às mulheres, e



informa que o sinal para identificar as vítimas de violência doméstica é um X vermelho na palma da mão, em um pedaço de papel ou em qualquer outro lugar. Relata que muitas mulheres vítimas de violência doméstica procuram a polícia, mas há casos em que algumas delas estão submetidas à relação devido à força física do homem, que a agride, e também do ponto de vista emocional, vez que, em muitos lares brasileiros, é o homem que sustenta a casa. Avisa que todos os membros da Câmara vão receber uma cartilha com um tutorial em formato visual, na qual serão informadas as orientações a serem dadas às vítimas e a forma de acionar a polícia quando a mulher mostrar o X vermelho. Esclarece que o atendente, de forma reservada, deve registrar o nome, o telefone e colher os dados da suposta vítima e, em seguida, fazer a comunicação à polícia para que as providências cabíveis sejam tomadas. Reforça que é preciso perceber a manifestação de uma mulher que está em perigo para que ela não acabe sofrendo mais agressões dentro de casa. Menciona que o atendente não será chamado como testemunha para prestar esclarecimentos na delegacia ou diante do juiz a respeito da situação, já que é um condutor, um facilitador para a comunicação desse tipo de caso à autoridade policial. Deseja sucesso à campanha “Sinal Vermelho”. Agradece à Câmara pelo convite para vir falar sobre esse tema e coloca-se à disposição para qualquer esclarecimento. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece ao Dr. Miguel pela explanação. Convida o Vereador Maitan, Ouvidor da Mulher, para fazer a entrega da homenagem especial ao Dr. Miguel. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Informa que o Vereador Juninho, coautor do projeto “Sinal Vermelho”, também gostaria de fazer uma fala, antes de ser prestada a homenagem ao Dr. Miguel. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Lembra que, em fevereiro, quando o Vereador Maitan assumiu a Ouvidoria da Mulher, conversou com o colega a respeito de uma ação para o combate à violência contra a mulher e falou sobre a campanha “Sinal Vermelho”. Relata que por causa da pandemia a Câmara não pôde prestar as devidas homenagens às mulheres em março, o que será retomado agora. Registra também que, em agosto, serão comemorados os quinze anos da Lei Maria da Penha. Comenta que o “Sinal Vermelho” pode ter resultado e ser eficaz, se cada um assumir e levar para suas vidas a mensagem dessa campanha. Analisa que, muitas vezes, as pessoas conhecem mulheres que sofrem violência e não sabem o que fazer; então, diz que essa campanha é justamente para mostrar às pessoas como agir nessa situação. Lamenta que não tenha sido eleita uma vereadora nesta legislatura. Cita que, ao longo da história, o homem sempre teve o papel de proteger as mulheres e que isso deve continuar ocorrendo. Parabeniza o Vereador Maitan por ter acolhido a ideia desse projeto. Pede a todos que essa campanha não seja somente uma camisa, e sim uma ação coletiva para que as mulheres sejam protegidas. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Lembra que, na legislatura anterior, a ex-vereadora Renata Fiório fez um excelente trabalho à frente da Ouvidoria da Mulher. Diz que não há vereadoras na atual legislatura, mas, com a mudança da lei eleitoral, para a próxima, 18% das vagas das Câmaras Municipais serão ocupadas por mulheres. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Frisa que o trabalho que está sendo feito na Ouvidoria da Mulher é de toda a Câmara. Convida os vereadores para participarem da entrega da homenagem ao Dr. Miguel. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pede ao colega Maitan que faça a entrega da homenagem e, depois, será registrada uma foto oficial do Dr. Miguel com todos os vereadores. / A seguir, o Vereador Alexandre Valdo Maitan procedeu a entrega da Homenagem Especial ao Dr. Miguel Maira Ruggieri Balazs. / Em seguida, passou-se ao **Horário das Lideranças**. / **Arildo Tomaz Bucker (PDT):** — Registra que os vereadores fizeram algumas reuniões para tratar do IPTU e que sempre disse que isso seria para “enxugar gelo”. Saliencia que não tem assessor jurídico e que, talvez, isso possa ter prejudicado o seu julgamento ao analisar o processo. Diz que assinou a emenda ao projeto do IPTU e que, mesmo sendo aliado do prefeito, infelizmente, terá que votar para derrubar o veto. / **Adriano Pereira Verediano (PSDB):** — Afirma que não é levado pelo vento nem por pressões e que sempre fará



seu papel de vereador em favor da população. Comenta que não deseja mais falar sobre o IPTU, pois o desgaste já foi muito grande. Ressalta que a Ouvidoria Racial não é só para negros, mas também para brancos e todos os que se sentirem discriminados. Como ouvidor racial, registra que, hoje, é o Dia do Capoeirista. Lembra que a área da capoeira em Cachoeiro teve grandes pioneiros, como os saudosos Mestres Volmir e João Tobogã, e os Mestres Paulinho, Airton, Falcão, Bulldog, Jurandir Russão, Lúcio, Bruno Fajardo e João Batista, os quais carregam a cultura dessa arte brasileira. Parabeniza a todos os capoeiristas pela data. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (PL):** — Informa que o PL terá candidaturas próprias para senador e deputados estadual e federal. Conta que o diretório estadual do PL tem interesse em dar mais espaço para os vereadores e, por isso, ele, Juninho, que foi o candidato mais votado do partido, será o presidente municipal da sigla. Inclusive diz que já convidou outros dois vereadores para comporem esse diretório. / **Allan Albert Lourenço Ferreira (PODE):** — Com muita honra, comunica que recebeu a notícia do Presidente Estadual do Podemos, o Gilson Daniel, que é Secretário de Estado de Governo, de que ele, Allan, vai assumir a presidência do partido em Cachoeiro. Registra que fazem parte do Podemos o Vereador Delandi, o Rodrigo Sandi, o Leandro Vieira e a Tatiana, um grupo forte para as futuras eleições. Convida os vereadores para uma reunião do Podemos, no dia 19/08, às 19:00 horas, com a presença do Gilson Daniel, para a apresentação da nova executiva do partido em Cachoeiro. / **Sebastião Ary Corrêa (Patriota):** — Comenta que achou uma falta de respeito com a Câmara o prefeito vetar as emendas dos vereadores, que trabalharam muito para dar uma resposta positiva à sociedade. Conta que a sua assessora foi até a Secretaria de Fazenda para tentar ajudar uma senhora, de setenta e oito anos, a reaver o dinheiro, visto que ela pagou o IPTU de uma escola; porém, não conseguiu resolver a situação. Diz que está havendo desvio de função em vários órgãos da Prefeitura. Analisa que o problema na Prefeitura é que muitos que trabalham na administração municipal não moram em Cachoeiro e não vão pagar o IPTU caro da cidade. Destaca que o importante para essas pessoas da Prefeitura é que haja dinheiro. Relata que as câmeras que estão chegando em Cachoeiro vão ser utilizadas para uma roubalheira. Inclusive diz que pediu para que tais câmeras não multem os carros depois das 22:00 horas, pois os motoristas não podem parar nos sinais após esse horário, já que é perigoso. Registra que solicitou a um secretário a retirada de entulhos no Bairro Monte Belo, o qual informou que não tinha máquina para fazer o serviço; porém, conta que viu o maquinário da Prefeitura retirando terra de terreno particular. Menciona que não está querendo massacrar o prefeito, o qual acredita ser vítima de alguns secretários. Inclusive alerta o prefeito para que tome uma posição sobre isso, pois o futuro político do chefe do Executivo poderá ser afetado. Reflete que alguns secretários acham que a Prefeitura é deles, mas ela é do povo de Cachoeiro, que merece ser bem tratado por esses servidores. Deixa claro que vai votar contra o veto do prefeito, o qual combinou com os vereadores que as emendas poderiam ser feitas, mas, depois, recuou. Classifica isso como covardia e falta de respeito para com a Câmara Municipal. Salaria que, quando não for atendido pela Prefeitura nos pedidos para a sua comunidade, sempre dirá nas redes sociais que isso está ocorrendo devido a sua postura na Câmara, que é de fiscalizar o Executivo e ficar do lado do povo. Frisa que a sociedade deseja que a CEI seja aberta, mas alguns colegas vereadores ainda não entenderam que o que está acontecendo em Cachoeiro é grave. Pede ao Presidente Brás que lute para valorizar a Câmara e não a deixe ser desmoralizada. Inclusive analisa que a Câmara já perdeu muito prestígio e valor, quando enviaram um documento para o Ministério Público tirando o poder fiscalizador dos vereadores. / **Alexandre Andreza Macedo (Poder Executivo):** — Confirma que o valor do IPTU foi anormal e diz que dezesseis vereadores foram até o Tribunal de Contas, cujo órgão lhes deu a esperança para tentar mudar essa situação. Então, conta que, em conversa com o prefeito, os vereadores conseguiram 90% de desconto no valor do citado imposto, retroagindo ao que foi cobrado em 2020. Menciona



que os vereadores, até aqueles que não foram ao TC, fizeram emendas ao projeto do IPTU, inclusive diz que considerou algumas delas politiquinhas. Relata que na hora de votar as emendas teve gente que fugiu do plenário e, agora, usa a tribuna para criticar. Ressalta que o veto vai receber o parecer da procuradoria e sugere que os vereadores o sigam. Afirma que o veto poderia ser apreciado hoje e adianta que as emendas são inconstitucionais. Salienta que, como vereador, pensa na população de Cachoeiro que está sofrendo e precisa de uma resposta com relação ao valor do IPTU. Lembra que o prefeito já vetou várias emendas e que isso é atribuição do chefe do Poder Executivo. Parabeniza os membros da comissão da Câmara pela responsabilidade, pois averiguou os documentos e os encaminhou ao Ministério Público. Acrescenta que essa comissão não foi para as redes sociais falar mentiras e desrespeitar a própria Câmara. Diz acreditar que é preciso encerrar o assunto do IPTU para que os vereadores possam fazer outros projetos para beneficiar a população cachoeirense. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que o prefeito sancionou, com vetos, o Projeto de Lei 62/2021 aprovado com emendas. Informa que estão valendo os descontos de 90% para o pagamento do IPTU à vista, de 85% para o parcelado e de 30% para os imóveis novos e acrescenta que só não estão valendo as três emendas vetadas. Ressalta que o procurador da Câmara explicou que o veto pode ser votado sem o parecer jurídico, mas qualquer pessoa pode entrar na justiça para questionar essa votação. Diante disso, menciona que é preciso esperar que a procuradoria e a Comissão de Constituição deem o parecer ao veto amanhã para, depois, a matéria ser apreciada. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Comunica que a reunião da Comissão de Constituição para discutir o veto será amanhã. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que, assim, o veto poderá ser apreciado em uma sessão extraordinária ou na próxima terça-feira. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Menciona que o roteiro desenhado pelo presidente para a apreciação do veto está no artigo 108 do Regimento, que diz: “Recebido o veto pela Câmara, será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer, dentro de dez dias.” Então, salienta que o presidente está cumprindo o que prevê o Regimento Interno da Câmara. / Dando continuidade, passou-se à **Ordem do Dia.** / **Ely Escarpini, levantando questão de ordem:** — Solicita que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo sejam apreciados em bloco. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: 114/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira** (Requer da Exma. Sra. Lílian Siqueira da Costa Schmidt, Secretária Municipal de Esporte, Lazer e Qualidade de Vida, os seguintes esclarecimentos: 1 – Todas as informações sobre a destinação do orçamento anual disponibilizado à secretaria, para fins de: a – Qual a quantidade de veículo disponível a essa secretaria no presente momento? b – Qual o consumo de combustível mensal utilizado nos veículos destinados à secretaria? c – Os veículos utilizados por essa secretaria contêm a logo da Prefeitura Municipal – item obrigatório? d – Pede informações sobre o destino dado ao orçamento disponibilizado a essa secretaria até o presente momento); **115/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira** (Requer do Exmo. Sr. Vander de Jesus Maciel, Secretário Municipal de Manutenção e Serviços, os seguintes esclarecimentos: 1 – Todas as informações sobre a minuta de contrato realizado entre o Município de Cachoeiro de Itapemirim e a empresa prestadora de serviços de manutenção de iluminação pública, tais como: a – Qual o nome e número do registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, da empresa contratada para os serviços de iluminação pública do Município? b – Qual o valor total do contrato, ora elaborado? c – Qual o valor mensal pago à empresa contratada? d – Qual o horário laboral dos colaboradores da empresa contratada e qual a forma de remuneração desses – dia trabalhado e/ou hora trabalhada? e – Quais os serviços especificados no contrato e quais os serviços executados?); **112/2021 – Diogo Pereira Lube** (Requer informação ao Exmo. Sr. Alex Wingler Lucas, Secretário Municipal de Saúde, referente



à instalação de bomba vácuo na Unidade Básica de Saúde – UBS, do Bairro Zumbi, uma vez que o equipamento já se encontra na unidade, porém, inutilizável em razão da falta de instalação. Solicita que sejam informados: por que o equipamento – bomba vácuo – foi entregue à UBS do Bairro Zumbi e não foi instalada imediatamente? Qual a data prevista para a instalação da bomba vácuo?); **116/2021 – Diogo Pereira Lube** (Requer informação ao Exmo. Sr. Desil Moreira Henrique, Secretário Municipal de Obras, referente à obra parada na Rua Projetada, que faz ligação com a Rua Francisco Bruim, no Bairro Campo Leopoldina); **113/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Requer informação ao Exmo. Sr. Francisco Inácio Daróz, Secretário de Segurança, e ao Exmo. Sr. Alexandre da Vitória, Secretário Municipal de Urbanismo, Mobilidade e Cidade Inteligente, sobre o Fundo Municipal de Trânsito. I – Quem gerencia esse fundo? II – Qual investimento o mesmo tem feito? III – Quem faz parte do Conselho Municipal de Trânsito? IV – Solicita disponibilização de cópias – capa a capa – integrais, físicas ou digitais do Processo Nº 24756/2019, em trâmite na municipalidade); **117/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Requer informação à Empresa de Saneamento do Brasil – BRK, referente ao esgoto do Bairro Monte Belo, nas Ruas Vera Lúcia do Nascimento Lourenço e Maria Batista de Melo. Há prazo para começar e para a conclusão do serviço?); **118/2021 – Sebastião Ary Corrêa e Brás Zagotto** (Requer as seguintes informações ao Exmo. Sr. Vander de Jesus Maciel, Secretário Municipal de Manutenção e Serviço, referente à retirada do lixo dos Bairros União e Monte Belo: 1 – Quantos são os veículos, não importando o seu seguimento, se caminhão ou trator pá mecânica, por exemplo, que estão à disposição dessa secretária para efetividade do serviço de limpeza urbana, mormente para retirada de entulhos? Não importa se o veículo pertence à Prefeitura ou à empresa terceirizada; 2 – Listagem individualizada, apontando características, como modelo, marca, placa, ano e registro dos veículos indicados/respondidos no item anterior, sobretudo destacando e esclarecendo o controle interno que a Prefeitura faz nesse sentido; 3 – Nos termos dos dois quesitos acima, informar onde os veículos ficam estacionados e/ou guardados, apontando o endereço e a localização; 4 – Nos termos dos quesitos anteriores, quantos veículos estão em manutenção e conserto atualmente, de modo a impedir que os Bairros União e Monte Belo sejam limpos? 5 – À guisa do quesito anterior, quantos veículos estiveram em manutenção, conserto ou congêneres nos últimos 3 meses a contar do recebimento deste ofício? Apontar a quantidade, modelo, ano e registro de controle interno de veículo; 6 – A teor da pergunta acima, favor informar em que local ou locais ocorrem a manutenção, conserto ou congêneres dos veículos utilizados para realização de limpeza urbana; 7 – A teor das duas perguntas acima, favor juntar os comprovantes de entrada nesses lugares/estabelecimentos dos veículos, a fim de comprovar a quantidade de veículos que estavam em conserto ou congêneres, sobretudo quanto aos últimos 3 meses; 8 – Que seja esclarecido por que outros bairros do Município são agraciados com a limpeza urbana, mas o Bairro Monte Belo e parte do Bairro União não estão sendo. Qual é o critério utilizado? 9 – Após o recebimento deste ofício, qual é o prazo que a secretaria informa aos moradores dos Bairros Monte Belo e União para providência da retirada de entulhos, destroços e congêneres das ruas?); *Enviando Votos de Congratulação*: 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220 e 221/2021 – Delandi Pereira Macedo; 222 e 224/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 200/2021 – Osmar Francisco; 223/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; **Projetos de Decreto Legislativo**: 189/2021 – Brás Zagotto (Dispõe sobre a denominação da reconstrução da ponte na localidade de Usina São Miguel, e dá outras providências); *concedendo “Comenda Batistinha”*: 190/2021 – Alexandre Valdo Maitan (À Sra. Rosane dos Santos); *concedendo “Título de Cidadania Cachoeirense”*: 181/2021 – Delandi Pereira Macedo (Ao Sr. Wesley Frederico da Silva); 187/2021 – Delandi Pereira Macedo (Ao Dr. Afrânio Emílio Carvalho da Silva); *concedendo “Comenda Leopoldino Fonseca – Dino Fonseca”*:

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



182/2021 – Delandi Pereira Macedo (Ao Sr. Rosier Dias Macedo); *concedendo “Comenda Dra. Moema Baptista”*; 183/2021 – Delandi Pereira Macedo (À Sra. Amélia de Oliveira Senna); *concedendo “Comenda Camilo Cola”*; 184/2021 – Delandi Pereira Macedo (À Sra. Maria Nazaréth Patrício de Oliveira da Silveira); *concedendo “Título de Empresário Presente do Ano”*; 180/2021 – Evandro Miranda (À Srta. Flávia da Costa Martins Dias); 188/2021 – Sandro Dellabella Ferreira (À Sra. Nefritery Santos Zanette). / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas, Redatora de Atas.

---